

Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Demonstrações Financeiras Referentes
ao Semestre Findo em 30 de junho de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia” ou “Mercado Crédito SCFI S.A.”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021.

A criação da Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do *marketplace* e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

A vantagem competitiva da Companhia está no *marketplace* Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas).

O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 27 de agosto de 2021.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do
Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

 BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
 (Valores em R\$ mil)

	Notas	30/06/21	31/12/20
ATIVO			
Disponibilidades	4	167	42
Instrumentos financeiros		912.507	40.067
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	138.680	-
Títulos e valores mobiliários	5.b	772.707	40.066
Operações de crédito	6	1.120	1
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(252)	-
Outros créditos	7	2.263	49
Ativos fiscais diferidos	13	318	37
TOTAL DO ATIVO		915.003	40.195
PASSIVO			
Instrumentos financeiros		875.319	250
Depósitos	8	872.628	-
Outros passivos diversos	9.a	2.691	250
Outras obrigações	9.b	59	-
Impostos e contribuições a recolher		59	-
Obrigações fiscais diferidas		15	-
TOTAL DO PASSIVO		875.393	250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10	40.000	40.000
Outros resultados abrangentes		(42)	-
Prejuízos acumulados		(348)	(55)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		39.610	39.945
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		915.003	40.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	30/06/21
Receita de intermediação financeira		6.317
Rendas de operações de crédito		97
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		6.220
Despesa de intermediação financeira		(5.503)
Despesas com juros e similares		(5.503)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão de operações de crédito		814
Provisão para perdas associadas a operações de crédito	6	(252)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	11	562
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	12	(1.066)
Outras despesas administrativas		(843)
Outras despesas operacionais		(223)
RESULTADO OPERACIONAL		(504)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(504)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13	211
Provisão para imposto de renda		(13)
Provisão para contribuição social		(13)
Ativo fiscal diferido		237
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(293)
Quantidade média de ações		40.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação		(0,0073)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

Valores em R\$ mil

	<u>30/06/21</u>
Prejuízo do semestre	(293)
Outros resultados abrangentes	
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(42)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(71)
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	29
Variação de outros resultados abrangentes	(42)
Resultado abrangente do semestre	(335)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 30 DE JUNHO DE 2020
Valores em R\$ mil

	<u>Notas</u>	<u>Capital Realizado</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Prejuízo Acumulado</u>	<u>Total</u>
<u>SALDO EM 24 DE ABRIL DE 2020</u>					
Integralização do capital social - AGE 24/04/2020	10	5.000	-	-	5.000
		<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.000</u>
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020</u>					
		<u>40.000</u>	<u>-</u>	<u>(55)</u>	<u>39.945</u>
<u>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020</u>					
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	(42)	-	(42)
Prejuízo do semestre	10	-	-	(293)	(293)
		<u>40.000</u>	<u>(42)</u>	<u>(348)</u>	<u>39.610</u>
<u>SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2021</u>					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 E PERÍODO DE 24 DE ABRIL DE 2020 (DATA DA CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 30 DE JUNHO DE 2020

Valores em R\$ mil

	30/06/21	Período de 24/04/2020 a 30/06/2020
Prejuízo do semestre	(293)	-
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	252	-
Obrigações fiscais diferidas	(237)	-
Total ajustes de reconciliação	(277)	-
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez	(732.712)	-
Operações de crédito	(1.120)	-
Outros créditos	(2.214)	-
Depósitos	872.628	-
Outras obrigações	2.544	-
Impostos de renda e contribuição social pagos	(44)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	138.805	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Capital Integralizado	-	5.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	-	5.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	138.805	5.000
Disponibilidades		
No início do semestre/período	42	-
No final do semestre/período	138.847	5.000
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	138.805	5.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021**

(Valores em milhares, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis às entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre, INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ: 05.528.233/0001-85.

A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e Investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos; e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. A companhia não apresentava resultado no 1º semestre de 2020.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 27 de agosto de 2021.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1. Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

e) Operações de créditos

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

f) Provisão para créditos

A análise da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

g) Depósitos

A atualização dos depósitos pela taxa contratada é reconhecida pelo método da taxa efetiva de juros.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa,
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia não possui valores de contingências.

i) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante. A alíquota vigente para as operações é de 40%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

j) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

k) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Resultados por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações existentes durante o período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
a) Caixa e equivalentes de caixa		
Depósitos bancários	167	42
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	138.680	-
Total	<u>138.847</u>	<u>42</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Aplicações Interfinanceiras de liquidez

	<u>30.06.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Aplicações em operações compromissadas	<u>137.963</u>	<u>-</u>
Posição bancada		
Letra do Tesouro Nacional - LTN (i)	137.963	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (i)	<u>717</u>	<u>-</u>
Total	<u>138.680</u>	<u>-</u>

(i) As aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros são operações *overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias*. As operações compromissadas são pré fixadas e possuem taxa fixa de 3,95%, enquanto as operações em depósitos interfinanceiros são indexadas em 100% do CDI.

b) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2021, os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Disponível Venda", e em 31 de dezembro de 2020, as cotas de fundos de investimentos estavam classificadas como "Negociação", conforme composição abaixo:

	<u>30.06.2021</u>		<u>31.12.2020</u>
	Custo	Valor de Mercado	Valor de mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	<u>718.027</u>	<u>718.027</u>	<u>40.066</u>
Cédulas de crédito bancário - CCB	718.027	718.027	-
Cotas de fundos de investimento renda fixa	-	-	40.066
Títulos públicos	<u>54.751</u>	<u>54.680</u>	<u>-</u>
Letra Financeira do Tesouro - LFT	54.751	54.680	-
Total	<u>772.778</u>	<u>772.707</u>	<u>40.066</u>

	30.06.2021			Valor de mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	
Títulos de Renda Fixa				
Títulos privados	-	383.637	334.390	718.027
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	383.637	334.390	718.027
Títulos públicos	-	-	54.680	54.680
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	-	54.680	54.680
Total	-	383.637	389.070	772.707
Circulante				383.637
Não circulante				389.070
				31.12.2020
Títulos de Renda Fixa				Sem vencimento
Títulos privados				40.066
Cotas de fundos de investimento renda fixa				40.066
Total				40.066

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2021.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Saldo em 30 de Junho de 2021 das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional composto pelas transações na modalidade "carteira de cartão de crédito":

(a) Composição da carteira de crédito:

Modalidade de crédito	30.06.2021		31.12.2020
	Carteira	Provisão	Carteira
Cartão de crédito	1.120	(252)	1
Circulante	1.119	(252)	1
Não Circulante	1	-	-

As operações de crédito da Companhia são destinadas somente a pessoas físicas, de modo que não possuem concentração de contraparte.

(b) Carteira de Crédito associadas ao risco de crédito distribuída pelos correspondentes níveis de riscos:

Nível	30.06.2021			31.12.2020		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
A	-	-	-	1	-	-
C	626	-	626	-	-	-
E	4	406	410	-	-	-
G	-	84	84	-	-	-
Total	630	490	1.120	1	-	1

(c) Provisão para Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito distribuída pelos correspondentes níveis de risco:

Nível	30.06.2021	31.12.2020
C	(56)	-
E	(131)	-
G	(65)	-
Total	(252)	-

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito com base na Resolução 2.682/99 do CMN.

7. OUTROS CRÉDITOS

	30.06.2021	31.12.2020
Valores a receber - Ligadas (i)	2.024	0
Impostos e contribuições a compensar (ii)	204	20
Outros créditos (i)	35	29
Total	2.263	49
Outros Créditos - Circulante	2.263	49

(i) São constituídos pelos valores de processamento de caixa e outros créditos a receber referente a cartão.

(ii) Referem-se a PIS e Cofins a compensar.

8. DEPÓSITOS

(a) Composição dos depósitos:

	30.06.2021
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	160.411
Certificado Depósito Bancário - CDB	712.217
Total	872.628
Circulante	655.740
Não circulante	216.888

(b) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

	30.06.2021			Total
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	
Certificado depósito interfinanceiro - CDI (i)	160.411	-	-	160.411
Certificado depósito bancário - CDB (ii)	213.339	281.990	216.888	712.217
Total	373.750	281.990	216.888	872.628

(i) Em 30 de junho de 2021, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI).

(ii) Em 30 de junho de 2021, os certificados de depósitos bancário são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 103% a 129%.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Diversas

	30.06.2021	31.12.2020
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	2.300	250
Credores diversos - país	213	-
Provisão para pagamentos a efetuar	178	0
Total	2.691	250

b) Fiscais e previdenciárias

	30.06.2021	31.12.2020
Impostos e contribuições a recolher	32	-
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	27	-
Total	59	-

c) Total de Outras Obrigações

	30.06.2021	31.12.2020
Outras Obrigações Circulante	2.750	250

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 40.000 representados por 40.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	%	30.06.2021	%	31.12.2020
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	50,01%	20.004	50,01%	20.004
Mercadopago, LLC	49,99%	19.996	49,99%	19.996
Total	100%	40.000	100%	40.000

Em AGE de 24 de abril de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$5.000 mediante a emissão de 5.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 09 de novembro de 2020.

Em AGE de 25 de setembro de 2020, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$35.000 mediante a emissão de 35.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 09 de novembro de 2020.

11. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	30.06.2021
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.220
Receita de operações de crédito	97
Despesas com Juros e similares de captações no mercado aberto	(5.503)
Provisão para perdas associadas a operações de crédito	(252)
Total	562

12. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	30.06.2021
Despesa com processamento de dados (i)	(493)
Despesa com serviços técnicos especializados	(323)
Outras despesas administrativas	(27)
Total	(843)

(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.

b) Outras despesas operacionais

	30.06.2021
Outras despesas operacionais (i)	(223)

(i) Trata-se substancialmente de gastos bancários da operação.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no prejuízo do período.

	30.06.2021
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(504)
Alíquota vigente	40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	202
Efeito de itens permanentes	
Outras adições e exclusões (i)	9
Despesa de IRPJ e CSLL	211

(i) Valor substancialmente relacionado a adicional de IRPJ.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	Constituição e		30.06.2021
	31.12.2020	Realização	
Impostos diferidos ativos sobre:			
PDD e Chargeback	-	101	101
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	37	(16)	21
Outras Provisões	-	181	181
Total	37	266	303
Ativo Fiscal Diferido Ativo	37	281	318
Passivo Fiscal Diferido Passivo	-	(15)	(15)
Total	37	266	303

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	Em 1 ano	Em 5 anos	Saldo
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	318	-	318

O valor presente dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 é de R\$291 mil.

14. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2021, a SCFI manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	30.06.2021			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
MercadoPago.Com Ltda.	720.051	(2.151)	5.281	-
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(150)	-	-
Total	720.051	(2.300)	5.281	-

Não houve remuneração paga aos administradores na SCFI no período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2021.

	31.12.2020			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
MercadoPago.Com Ltda.	-	(100)	-	(1)
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	-	(150)	-	-
Total	-	(250)	-	(1)

15. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 30 de junho de 2021 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

Ativo	30.06.2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários	54.680	718.027	-	772.707
Títulos privados	-	718.027	-	718.027
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	718.027	-	718.027
Títulos públicos	54.680	-	-	54.680
Letra Financeira do Tesouro - LFT	54.680	-	-	54.680

Em 2021 não houve transferência entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

Ativo	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e Valores Mobiliários	-	40.066	-	40.066
Títulos privados	-	40.066	-	40.066
Cotas de fundos de investimento	-	40.066	-	40.066

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN 4.557/17, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (Mercado, Operacional, de Liquidez e de Crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados.

A SCFI possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas a SCFI. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacionais, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação. Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I - fraudes internas; II - fraudes externas; III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; VII - falhas em sistemas, processos ou Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com Resolução CMN 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente em conjunto com a área de Tesouraria. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos e de concentração de passivos. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição, utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o Var Paramétrico. Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência da operações de Cartão de Crédito,. A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

Gestão de Capital

A gestão de capital é realizada pela área de Riscos Financeiros com base na apuração do Índice de Basileia, e tem o objetivo de cumprimento regulatório e de subsídio à alta administração quanto aos valores mínimos para manutenção e continuidade das operações realizadas pela Companhia, visando o enquadramento às Resoluções CMN 4.192/13 e 4.193/13. Assim, os limites operacionais para a SCFI em 30 de Junho de 2021 ficaram distribuídos conforme abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de Referência (PR)	39.607	39.944
Nível I	39.607	39.944
Capital Principal	39.607	39.944
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	129.588	142.301
Risco de Crédito (RWA Cpad)	1.436	40.193
Risco Operacional (RWA Opad)	128.152	102.108
PR Mínimo Requerido	10.367	11.384
Margem PR	29.240	28.560
Índice de Basileia	30,56%	28,07%
Margem PR considerando RBAN	25.441	26.762

17. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No semestre findo em 30 de junho de 2021, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia emitiu em 13 de julho de 2021, Letras Financeiras pós fixadas indexadas ao CDI no montante de R\$ 500.000 com data de vencimento entre 03 à 17 de julho de 2023.

DocuSigned by:

Tiago Azevedo

FE0E7B09F7014D0...

Tiago Azevedo

Responsável Legal

DocuSigned by:

Regis Reis

EF65057C605B46B...

Regis Reis

Contador CRC-1SP 192454/O-8